

Reunião Científica Regional da ANPED

Educação, movimentos sociais e políticas governamentais 24 a 27 de julho de 2016 | UFPR – Curitiba / Paraná

ABRIGO DE MENORES DE PELOTAS/RS (1944-1987): PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Jeane Dos Santos Caldeira

Resumo

O presente texto tem por objetivo analisar aspectos sobre o Abrigo de Menores de Pelotas e sua conexão com D. Antônio Zattera, um bispo que teve grande atuação no espaço educacional do município de Pelotas/RS. O Abrigo de Menores foi fundado em 1944 para o amparo, educação e profissionalização de meninos pobres, órfãos, abandonados e infratores. D. Antônio Zattera também foi fundador do Colégio Diocesano, instituição de ensino secundário e da Universidade Católica de Pelotas. Este estudo que resulta de primeiras aproximações com a temática, ressalta as relações de iniciativas individuais e coletivas em uma instituição de ensino. Tem por base aspectos que envolvem o contexto institucional e urbano relacionados com as políticas voltadas para proteção e educação dos então considerados meninos desvalidos. Como âncoras dessa análise, ressalta-se os estudos de Hammes (2005), Peruzzo (1997) e Poersch (1991), assim como a análise documental de fotografías, excertos de jornais e ata de fundação. Destaca-se também autores como Bulcão (2006), Cunha (2000 e 2005), Fausto (1995), Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), Marcílio (1998), Negrão (2004) e Romanelli (1986) que deram suporte teórico-metodológico no presente estudo.

Palavras-chave: Infância desvalida; abrigo para infância; instituição educacional; educação católica.

Introdução

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que vem sendo realizada no intuito de investigar as ações no espaço educacional pelotense promovidas por D. Antônio Zattera, bispo da Diocese de Pelotas entre os anos de 1942 a 1977. O foco aqui será o Abrigo de Menores de Pelotas, instituição inaugurada no bairro Areal por D. Antônio em 1944 para acolher os meninos desvalidos e onde passou a morar depois que D. Jayme Chemello tornouse bispo da Diocese. D. Antônio esteve a frente do Abrigo de Menores até sua morte em 1987.

O Abrigo de Menores era considerado a "menina dos olhos" de D. Antônio. O bispo era o caçula de sete filhos do casal Bortolo e Marina Evangelista Zattera, que em 1888 saíram da Itália rumo a América. Instalaram-se em Garibaldi/RS onde no dia 25 de julho de 1889 nasceu Antônio. O convívio na infância com frades capuchinhos influenciou Antônio para desenvolver a vocação sacerdotal. Sua ordenação como sacerdote ocorreu em 1923, na capela do seminário de São Leopoldo/RS. Em fevereiro de 1924, o então padre Zattera foi nomeado

Coadjutor de Caxias do Sul. Foi nessa região, que padre Zattera preocupado com a formação dos jovens recebeu o título de "Apóstolo da Educação¹". No dia 31 de maio de 1942, em cerimônia ministrada pelo Arcebispo Dom João Becker, o padre foi sagrado Bispo da Diocese de Pelotas tomando posse no dia 9 de julho do mesmo ano (HAMMES, 2005; POERSCH, 1991).

Considerado um homem empreendedor (HAMMES, 2005), o sacerdote colaborou no desenvolvimento do cenário educacional pelotense, fundando em pouco espaço de tempo o Colégio Diocesano e mais tarde a Universidade Católica de Pelotas. Além do bispo D. Antônio ter atuado de forma significativa no ensino secundário e ensino superior, teve expressiva colaboração na institucionalização da infância desvalida.

Primeiramente, é relevante elucidar sobre a designação "desvalida". O termo é utilizado para se referir aos enjeitados, expostos, órfãos, crianças pobres, recolhidos, abandonados, aqueles considerados sem valia, desprotegidos, desamparados, enfim, os também denominados "desvalidos da sorte". De acordo com Schueler (2009) as designações e conceitos como infância desvalida, infância abandonada e infância delinquente, além da categoria "menor", surgiram num determinado contexto histórico e estão diretamente relacionados aos processos de lutas e embates políticos, econômicos e culturais.

Até parte do século XX, estas designações e adjetivações eram mencionadas para se referir ao "menor", ou seja, nunca aos filhos de famílias das classes abastadas, pois tem conotações negativas e desqualificantes (LEITE, 2009). Atualmente os termos mais comuns são crianças e adolescentes² carentes, em situação de risco ou de vulnerabilidade social, bem como, crianças e adolescentes encaminhados para o acolhimento institucional e não mais asilados ou recolhidas.

Cabe reiterar que é sobre essa infância desvalida, mais precisamente a instrução e ensino profissional de meninos desvalidos acolhidos pelo Abrigo de Menores de Pelotas, e a atuação do bispo D. Antônio Zattera em prol da instituição entre os anos 1944 a 1987, o principal foco do presente estudo.

No que se refere a institucionalização dos "desvalidos da sorte" em Pelotas, destaca-se que as principais ações em benefício da infância desvalida foram direcionadas as meninas.

² De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompleto e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

¹ A atuação de D. Antônio como bispo empreendedor no campo educacional recebeu muitas críticas advindas dos opositores ao catolicismo na cidade de Caxias do Sul. Esse assunto vem sendo analisado em meus estudos de doutoramento.

Com a implementação da Roda dos Expostos³ na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas em 1849, o acolhimento de crianças entre zero a sete anos de idade, ficou a cargo da instituição. A partir de 1855 foi fundado o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição que acolheu as meninas enjeitadas na Roda dos Expostos. Em 1901 Pelotas passou a contar com o Asilo de Órfãs São Benedito criado principalmente para amparar meninas negras e filhas de pais desconhecidos.

Em relação ao destino dos menores, Marcílio (1998) enfatiza que no Brasil o encaminhamento dos meninos expostos nas Santas Casas sempre foi problemático, já com as meninas era mais fácil, pois havia instituições próprias para as desvalidas ou famílias consideradas respeitáveis, dispostas a ampará-las. Na cidade de Pelotas, os meninos eram acolhidos pela Santa Casa até os sete anos. Ao atingirem essa idade, eram enviados para o Arsenal de Guerra em Porto Alegre. Com a extinção da Roda dos Expostos no início do século XX, está sendo necessário buscar e analisar fontes documentais que indicam o encaminhamento de meninos desvalidos da cidade de Pelotas, pois se percebe uma lacuna de estudos acadêmicos referentes ao acolhimento de meninos durante as primeiras duas décadas do século XX.

Em 1924 foi instalado em Pelotas o Patronato Agrícola Visconde da Graça, com o objetivo de qualificar internos para o trabalho agrícola e retirar dos centros urbanos meninos pobres, órfãos e desvalidos, com idade entre seis e 16 anos (VICENTE, 2010). Também em 1924, por iniciativa de D. Joaquim Ferreira de Mello, foi fundada a Associação Protetora de Meninos Desvalidos de Pelotas, na intenção de acolher menores do sexo masculino.

Com a chegada de D. Antônio Zattera na Diocese de Pelotas em 1942, a cidade teve o nome de sua maior autoridade da Igreja Católica, envolvido com a inauguração do Abrigo de Menores no bairro Areal, instituição esta responsável pelo amparo, educação e profissionalização de meninos pobres, órfãos, abandonados e infratores.

Com o propósito de apresentar especificamente neste trabalho os resultados iniciais de minha pesquisa de doutoramento é que o presente texto está dividido em duas partes. A primeira se refere ao contexto histórico para situar o leitor quanto à educação para os meninos

expositor possa ser identificado. O objetivo da criação da roda era o de evitar as práticas de abandono em lugares de risco, infanticídio e de aborto (MARCÍLIO, 1998; VANTI, 2004).

³ A Roda de Expostos era um sistema de formato cilíndrico giratório de madeira, com uma divisória, fixado em um muro ou janela no andar térreo das Santas Casas. Primeiramente o bebê rejeitado, o exposto, é colocado em um tabuleiro pela abertura externa da Roda, em seguida o expositor, ou seja, aquele que deposita a criança, gira o mecanismo e o exposto passa para o interior da instituição. Logo após, o expositor toca uma sineta para avisar da chegada de mais uma criança. O exposto é recolhido pela pessoa responsável pela vigilância da Roda, sem que o

das classes menos abastadas, o ensino profissional no país e as leis de proteção ao menor, tendo como suporte teórico os estudos de Bulcão (2006), Cunha (2000 e 2005), Fausto (1995), Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), Marcílio (1998), Negrão (2004), Romanelli (1986), entre outros. A segunda parte trata-se do Abrigo de Menores e de D. Antônio Zattera. Para tanto, utilizou-se os estudos de Hammes (2005), Peruzzo (1997) e Poersch (1991). Salienta-se que estes autores anexaram em suas obras, fontes documentais que estão sendo fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, entre elas fotografías, excertos de jornais da época, Ata de Fundação do IMP que foram utilizados no decorrer do presente texto.

Aspectos sobre a institucionalização, educação e leis de proteção de meninos desvalidos

Alguns estudos relacionados à História Social da Infância e a institucionalização de crianças no Brasil, como os Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004) e Marcílio (1998) evidenciam que as instituições fundadas para o acolhimento e instrução dos ditos meninos "desvalidos da sorte", faziam investimentos no ensino profissional, com o objetivo de formar bons trabalhadores braçais e subalternos, e dessa forma, acabavam suprindo as necessidades das classes mais abastadas.

A educação voltada para infância desvalida fez parte de diferentes momentos da História do Brasil. Entre os séculos XVIII e XIX com a fundação de Arsenais de Guerra, Escolas de Aprendizes e de Asilos de Órfãs, as crianças pobres eram preparadas para trabalhos artesanais ou domésticos. Com a abolição oficial da escravatura no Brasil em 1888 e com o início do período republicano (1889), a instrução de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social passou a fazer parte das ações do governo, conforme explicita Inácio Filho e Silva (2010, p. 221) afirmando que:

A educação aparecia, nesse momento, como grande promessa regeneradora do povo (abandonado no analfabetismo e na ignorância generalizada) e de construção da nação, agora urbana e caminhando para a industrialização. Não se admitia a formação de uma moderna nação (sempre tendo no horizonte o modelo europeu), sem que fosse equacionada a grande questão nacional que era a educação.

Dessa forma, o governo passou a investir na educação das camadas populares. Para mulheres, a preparação para o trabalho doméstico ou o magistério como forma de ascensão social. Aos homens, preparação para a mão de obra qualificada, mas dessa vez visando o processo de urbanização e industrialização pelo o qual o país estava passando.

Apesar da criação de Escolas de Aprendizes e Artífices em diversas regiões do Brasil e da regulamentação da estruturação do ensino agrícola na primeira década do século XX, a educação profissional era destinada apenas para o aprendizado de oficios sem preocupação da formação integral do cidadão (PORTO JÚNIOR; BANDEIRA; BRONGAR, 2007). Durante a Primeira República (1889-1930), surgiram diversas reformas no âmbito educacional, na tentativa de solucionar problemas educacionais mais graves, mas reformas não obtiveram êxito pretendido.

A partir da década de 1930⁴, a educação brasileira passou por mudanças significativas. Primeiro destaca-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que combateu a escola elitista e acadêmica tradicional. Elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, o documento trata a educação como um problema social e não como um privilégio. Além disso, afirma que a educação é um direito individual, assegurado a todos, sem distinção de classe ou situação econômica, ofertada pelo Estado através da escola pública gratuita, obrigatória e leiga. No que se refere às disputas entre o ensino laico e católico, a Constituição de 1891 que esteve em vigor até 1934, declara leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos de ensino público, já a de 1934 prevê o ensino religioso de caráter facultativo (ROMANELLI, 1986).

A Constituição de 1937 foi decretada durante o período denominado Estado Novo (1937-1945) sob o governo do presidente Getúlio Vargas, também conhecido como "protetor dos trabalhadores" e "pai dos pobres". Através dessa Constituição é determinado que o ensino religioso possa ser ministrado em escolas primárias, secundárias e normais, porém não é obrigatório aos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos (ROMANELLI, 1986).

Outro aspecto que merece destaque na Constituição de 1937 é o que se refere à educação e cultura. Através da Constituição decretada no período do Estado Novo, o governo afirma claramente que o ensino profissional é destinado às classes menos favorecidas. Antes desse período, durante o governo de Getúlio Vargas, em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Foi também durante o Estado Novo, que em 1943 foi criado a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas – considerada leis de proteção do trabalhador, que resultou aos cidadãos diversos direitos trabalhistas como carteira de trabalho, salário mínimo,

Amaral (2012), Aranha, (1996), Hilsdorf (2003), Nagle (2001) e Romanelli (1986).

5

⁴ As mudanças no cenário educacional a partir da década de 1930 são resultado de vários acontecimentos significativos durante as primeiras décadas do século XX. Entre eles a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 e a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. Para saber mais consultar

descanso semanal recompensado, jornada de trabalho de oito horas e regulamentação do trabalho feminino e de menores de idade (FAUSTO, 1995).

Sobre o ensino profissionalizante no país, Cunha (2000) aponta que existem muitas lacunas da educação profissional no âmbito da História da Educação Brasileira. A educação profissional está presente desde o período colonial quando o ensino de oficios tinha como principal público os escravos, órfãos, mendigos e outros indivíduos em situação de vulnerabilidade social (VALLE, 2015). Tal premissa esteve presente durante o Estado Novo (1937-1945) conforme a Constituição de 1937, mas dessa vez o país já não contava com o trabalho escravo. Nos três últimos anos do Estado Novo, durante a gestão do Ministro Gustavo Capanema surgiu as Leis Orgânicas do Ensino (ensino industrial, comercial e agrícola) que estruturaram o ensino técnico-profissional (ROMANELLI, 1986).

Quanto ao ensino profissional e as disputas do catolicismo contra as correntes de pensamento do liberalismo e do positivismo presente desde o início da República e refletidas nas Constituições de 1934 e 1937, mencionadas anteriormente, Cunha (2005, p. 24) elucida que:

O ensino profissional para os desvalidos era visto por essas correntes de pensamento como uma pedagogia tanto preventiva quanto corretiva. Enquanto pedagogia preventiva, propiciaria o disciplinamento e a qualificação técnica das crianças ou jovens cujo destino era "evidente" o trabalho manual, de modo de evitar que fossem seduzidos pelo pecado, pelos vícios, pelos crimes e pela subversão político-ideológica. Ademais, nas oficinas das escolas correcionais, o trabalho seria o remédio adequado para combater aqueles desvios, caso as crianças e os jovens já tivessem sido vítimas das influências das ruas.

Assim como a instrução de parte das crianças "desvalidas da sorte" deu-se de forma tardia no país, também pode ser considerado tardio as leis de proteção ao menor. Com os estudos de Bulcão (2006), Marcílio (1998), Negrão (2004), Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), pode-se constatar que somente na década de 1920, é que surgiram leis para proteção e assistência à infância através da criação do Juizo de Menores em 1923 e do Código de Menores de 1927. Mais tarde foram criados o Departamento Nacional da Criança em 1940 e o SAM (Serviço de Assistência a Menores) durante o governo de Getúlio Vargas, em 1941. A partir da década de 1960 surgiram a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) criada por militares em 1964, o Código do Menor em 1979 que colaborou para a criação das Febems (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) em 1967, e que a partir de 2002, tornou-se a Fase (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo) e o ECA (Estatuto da

Criança e do Adolescente) que entrou em vigor em 1990 e até hoje é a maior lei de proteção da criança e adolescente.

Foi no final do Estado Novo, entre o surgimento das Leis Orgânicas do Ensino e dos serviços de assistência aos menores, que Antônio Zattera assumiu a Diocese de Pelotas trazendo mudanças significativas no âmbito educacional e social pelotense, entre eles o Abrigo de Menores responsável pelo acolhimento de meninos desvalidos.

O Abrigo de Menores de Pelotas

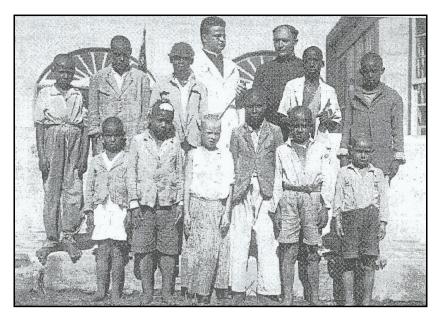
Considerado por Hammes (2005) "Bispo da Educação", D. Antônio Zattera e seus colaboradores, entre eles o Juiz de Menores José Alsina Lemos e o Delegado de Polícia Galeão Xavier, em 1942 tiveram a iniciativa de adquirir um terreno de 5 hectares localizado no bairro Areal, para a construção do prédio do Abrigo de Menores de Pelotas. No dia 26 de março de 1944 foi inaugurado o referido Abrigo, tendo como objetivo o de acolher e instruir meninos órfãos, desvalidos ou infratores, Em 1946 a instituição passou a denominar-se Instituto de Menores de Pelotas (IMP) e atualmente recebe a denominação Instituto de Menores Dom Antônio Zattera (IMDAZ)⁵ em homenagem ao bispo que durante 43 anos colaborou com a ampliação e manutenção deste espaço (PERUZZO, 1997).

A instituição mantida pela Mitra Diocesana acolheu menores abandonados entre quatro a 12 anos, não podendo lá permanecerem além dos 18 anos (ATA..., 1944).

Figura 1: Primeira turma recolhida ao Abrigo de Menores em 1944

_

⁵ As obras e documentos analisados utilizam diferentes denominações para se referir à instituição. Para o presente texto será utilizando Abrigo de Menores até 1945 e Instituto de Menores de Pelotas a partir de 1946, ano da troca do nome da instituição.



Fonte: Hammes (2005)

A figura 1 corresponde a primeira turma do Abrigo de Menores. Salienta-se que o bispo D. Antônio Zattera não está presente na fotografia. Os dois adultos presentes no registro são os padres Onzi (situado à esquerda) e Costa (à direita) (HAMMES, 2005). A primeira turma do Abrigo foi composta por dez menores que até o dia 18 de março estavam recolhidos na Delegacia de Polícia e por outros meninos que passaram a viver na "escola de correção" conforme as informações extraídas do jornal *O Diário Popular* (19/03/1944)⁶. Ainda sobre os meninos que estavam na delegacia, "estes estavam vivendo de acordo com as possibilidades e acomodações do local. Embora o local não satisfaça as exigências da higiene moderna, tudo foi feito para os referidos menores tivessem uma assistência razoável" (O DIÁRIO POPULAR, 19/03/1944).

Através da fotografia (figura 1) é possível perceber a precariedade do vestuário dos menores, além de ser visível que grande parte dos meninos, ou todos, estavam descalços. Pelas características fenotípicas, aparentemente apenas um dos meninos não era negro. O fato de grande parte dos desvalidos pertencerem ao mesmo grupo étnico-racial pode ser considerado algo comum se tratando da cidade de Pelotas.

É importante destacar que em Pelotas, desde o início do século XX até a década de 1940, outra instituição de acolhimento, o Asilo de Órfãs São Benedito, contou com expressivo número de meninas negras. Isso pode ser percebido através das fotografias da referido asilo (CALDEIRA, 2014). Também cabe ressaltar que a cidade tem uma quantidade considerável

8

⁶ As informações publicadas nos jornais locais da época foram consultadas através da leitura do livro *intitulado Dom Antônio Zattera 3º Bispo de Pelotas: uma cronobiografia* de autoria do professor Wallney Joelmir Hammes publicado em 2005, bem como os termos utilizados para referir-se a Dom Antônio Zattera no decorrer do presente texto, entre eles "Menina dos Olhos", homem empreendedor e Bispo da Educação.

de habitantes negros, grupo étnico-racial que trabalhou na construção e expansão de Pelotas, na condição de escravos. As principais atividades dos escravos negros eram nas indústrias do charque, mas no período entressafra, eles desempenhavam outras atividades, entre elas os serviços da construção civil no perímetro urbano ou se ocupavam da produção de tijolos nas olarias. O fato de as crianças negras serem enjeitadas, abandonadas ou deixadas para o cuidado e instrução nas instituições asilares devido à situação de vulnerabilidade social das famílias, é uma das consequências do fim oficial da escravidão de negros no país, sem que houvesse preocupação com as condições sociais e econômicas que estes sujeitos estavam expostos após esse período.

A fotografia (figura 1) inserida no presente texto está em um dos álbuns de fotografias localizado na escola Padre Anchieta, anexa ao prédio da instituição investigada. Pela quantidade e diversidade de fotografias presente no acervo da instituição, é relevante considerar os registros como parte do *corpus* documental da pesquisa que vem sendo realisada, além disso, as "imagens são especialmente valiosas na reconstrução da cultura cotidiana de pessoas comuns" (BURKE, 2004, p. 99). Lopes e Galvão (2001, p. 84) elucidam que "tradicionalmente utilizada como ilustração daquilo que os documentos escritos diziam, a iconografia vem sendo incorporada aos trabalhos de História da Educação". Portanto, a inserção de fotografias nas pesquisas serve para além do seu caráter ilustrativo, contribuem para análise e interpretação do seu conteúdo como fonte documental, e até mesmo da sua materialidade, como objeto de pesquisa.

Para a investigação da instituição, as publicações de Hammes (2005) e Peruzzo (1997) estão sendo fundamentais para o desenvolvimento pois os autores trazem em seus estudos importantes dados sobre a instituição investigada. De acordo com os autores, a educação escolarizada ofertada no Abrigo de Menores era ministrada pelas Irmãs do Sagrado Coração de Maria e posteriormente por professores denominados como leigos. Ainda sobre o ensino primário, a partir de 1947 a instituição passou a contar com o Grupo Escolar Padre Anchieta, escola anexa ao prédio do então denominado Instituto de Menores de Pelotas (IMP). O grupo escolar era mantido pelo governo estadual e exclusivo para os internos do IMP.

O ensino profissional era ofertado e ministrado nas oficinas que integravam o parque de artesanato, tais como: tipografía, sapataria, malharia, serraria, marcenaria, olaria, eletrotécnica, entre outras que foram sendo inseridas ou modificadas ao longo do tempo. O ensino de ofícios colaborou na formação profissional e pessoal de muitos menores, além disso, os serviços prestados nas oficinas do parque de artesanato eram reconhecidos e

usufruídos pela comunidade de pelotense. São muitos os exemplos, como as telas de arame que eram feitas sob encomenda, bem como, os trabalhos gráficos que recebiam pedidos de grandes firmas locais e órgãos de imprensa. Na marcenaria foi produzida a mobília da Rádio Universidade e de alguns móveis da Faculdade de Medicina. Não é difícil encontrar relatos de algumas senhoras que tiveram suas roupas confeccionadas nas malharias do IMP. Tais exemplos servem para evidenciar sobre a importância do ensino profissional ministrado na instituição.

A entidade também oferecia Curso Vocacional Agrícola às margens da BR -116, na localidade do Retiro, zona rural de Pelotas, onde atualmente é a fazenda rural da CAEX – Casa do Amor Exigente, que desenvolve um trabalho com dependentes químicos do sexo masculino. Com a fundação do Colégio Diocesano em 1956, os internos do IMP tiverem a oportunidade de cursar o ensino secundário na referida instituição. Salienta-se que o IMP ofereceu a modalidade de internato até 1980, quando abriu suas portas para crianças e adolescente de ambos os sexos (HAMMES, 2005; PERUZZO, 1997).

Dez anos antes da sua morte, D. Antônio então com 78 anos, renunciou o cargo de Bispo Diocesano passando as funções episcopais a D. Jayme Chemello. Com a renúncia, D. Antônio adotou o então Instituto de Menores como moradia oficial, passando a participar da manutenção do Instituto, bem como do acolhimento, recuperação e ressocialização dos meninos.

Tendo como ponto de partida a sociologia weberiana, entre os encaminhamentos da pesquisa está prevista a análise da vida e obra de D. Antônio Zattera, como indivíduo histórico através da metodologia do tipo ideal, utilizado nas ciências histórico-sociais para a compreensão do real, possuindo valor heurístico, ou seja, criado conforme as exigências que surgem no decorrer da pesquisa (TRAGTENGERG, 2001). Conforme já foi afirmado, o bispo foi o principal idealizador para a criação do Colégio Diocesano e da Universidade Católica de Pelotas, Hammes (2005) o definiu como homem empreendedor, ou seja, o tipo ideal empreendedor capitalista (COHN, 2003, TEIXEIRA, 2013).

Ainda há muito que pesquisar sobre a história da fundação e denominação da instituição, principalmente sobre as divergências dos dados encontrados nos documentos oficiais escritos. Alguns autores enfatizam que o Abrigo de Menores teve como marco inicial a Associação Protetora de Meninos, fundada em 1924, pelo segundo bispo de Pelotas, D. Joaquim Ferreira de Mello. A instituição estava localizada na região do porto de Pelotas e em 1925 passou a ser denominada como Asilo de Meninos Desvalidos. Mais tarde, em 1944, o

Asilo foi transferido para o prédio situado no bairro Areal, recebendo a denominação Abrigo de Menores de Pelotas. Tais divergências causam estranhamentos, algo fundamental para no trabalho do historiador. As divergências também podem ocorrer através da interpretação que o pesquisador faz dos documentos analisados. Para Jenkins (2004) a história não obedece a uma única interpretação. Conforme o historiador mude o olhar, desloque a perspectiva, novas interpretações surgirão, o mesmo acontece com a leitura e análise dos documentos existentes nos acervos das instituições, pois estes carregam a história e memória institucional, produzidos em um determinado tempo e espaço.

Considerações finais

O Abrigo de Menores, hoje denominado Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, tem sua história diretamente relacionada com a do bispo D. Antônio, pois este muito colaborou com a manutenção da instituição, cuidado com os menores e educação ofertada para os meninos desvalidos. Conforme o exposto, o Abrigo de Menores contemplou parte dos objetivos previstos tanto nas leis de proteção e de assistência aos menores, quanto nas leis da educação que previam o ensino industrial, comercial e agrícola.

Cabe ressaltar que até o momento, o estudo sobre a vida e obra do bispo foi feito através das publicações de Wallney Hammes e Léo Poersch. Os estudos mencionados necessitam de leitura crítica e atenta por parte do pesquisador, pois fazem parte de datas comemorativas e provavelmente tratam-se de pesquisas encomendadas com o objetivo de enaltecer e evidenciar os aspectos positivos dos trabalhos realizados pelo bispo.

Também é relevante frisar que o ensino profissional desenvolvido no parque de artesanato da instituição, além de colaborar na formação pessoal do menor amparado pelo Instituto, contribuiu para inserir diversos meninos no mercado de trabalho, sendo que alguns deles serão entrevistados tendo por base o referencial teórico-metodológico da história oral. A educação profissional "revelou" o potencial de muitos meninos, alguns cursaram o ensino técnico e o ensino superior em instituições da cidade.

O IMDAZ atualmente desenvolve um trabalho sócio-educacional com alunos da Escola Estadual Padre Anchieta que fica anexa ao prédio do Instituto. A instituição está em plena atividade, mas enfrenta problemas estruturais, econômicos e percebe-se que ela não tem o devido reconhecimento da população pelotense. O acervo que há na instituição e seus atores educativos merecem um estudo histórico dentro dos rigores da pesquisa acadêmica, uma vez

que muito do que tem sido escrito advém de autores que traçam uma narrativa descomprometida com o rigor do fazer historiográfico, bem como o estudo da vida e obra do bispo, pois este conseguiu mudanças significativas no cenário educacional pelotense.

Referências

ATA de Fundação do Instituto de Menores de Pelotas 1944. In: PERUZZO, Rosária Sperotto. **Abrigo de Menores**: Hibridações na Constituição de Si. 1997. 3002f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BULCÃO, Irene. **Investigando as Políticas de Assistência e Proteção à Infância**: Psicologia e ações do Estado. 2006. 272f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, rio de Janeiro.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas/RS (as primeiras décadas do século XX)**: trajetória educativa-institucional. 2014. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, RS, 2014.

COHN, Gabriel. Max Weber. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. São Paulo: UNESP, 2000.

. O ensino de ofícios no primórdio da industrialização. São Paulo: UNESP, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

HAMMES, Wallney Joelmir. **Dom Antônio Zattera 3º Bispo de Pelotas**: uma cronobiografia. Pelotas: EDUCAT, 2005.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida da. Reformas Educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 271-250.

JENKINS, Keith. A História repensada. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LEITE, Miriam Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 19-52.

LOPES, Eliane Marta; GALVÃO, Ana Maria. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais:** Asilo de Órfãs (1870-1960). Campinas: UNICAMP/CMU, 2004.

PERUZZO, Rosária Sperotto. **Abrigo de Menores**: Hibridações na Constituição de Si. 1997. 302 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

POERSCH, J. Léo. Universidade Católica de Pelotas 30 anos. Pelotas: EDUCAT, 1991.

PORTO JÚNIOR, Manoel José; BANDEIRA, Alexandre de Pauli; BRONGAR; Francisco Carlos Gonçalves. A Educação para o trabalho no Brasil: Breve histórico século XV até a LDB de 1971. In: ASPHE - ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13, 2002. **ASPHE - Acervos e História da Educação.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-15.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: São Paulo: Loyola, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. In: **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 1-7, dez. 2009.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **Escola de Engenharia Industrial**: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961). 2013. 234f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

TRAGTENBERG, Maurício. Introdução à edição brasileira In: WINCKEUIANN, Johannes. **Max Weber**: metodologia das Ciências Sociais Parte 1. Campinas: Cortez, 2001. p. 12-50.

VALLE, Hardalla Santos do. **O ensino profissionalizante Salesiano**: um estudo sobre as oficinas do Leão XIII em Rio Grande/ RS (1900-1960). 2015. 140 f. Projeto (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

VANTI, Elisa dos Santos. **Lições de infância**: reflexões sobre a História da Educação Infantil. Pelotas: Seiva Publicações, 2004.

VICENTE, Magda. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934)**: gênese e práticas educativas. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, RS, 2010.